

A Constituinte terá mensagem adicional

ESTADO DE SÃO PAULO

3 JUL 1985

ANC 88
Pasta Julho/85
015

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Provavelmente ainda nesta semana o governo encaminhará ao Legislativo uma mensagem aditiva à que chegou ao Congresso na semana passada, que trata da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Com a nova mensagem, que não substitui, mas apenas complementa a anterior, o presidente José Sarney vai corrigir um equívoco, por não ter sido fixada prioridade para tramitação.

O erro foi localizado no próprio Congresso, quando se tratou do encaminhamento da matéria e se constatou que, nos termos em que está redigida, sua tramitação só seria iniciada no final do ano. Ao contrário, sendo indicado o regime previsto no artigo 72 do regimento comum do Congresso Nacional, o projeto passa a ter prioridade para sua leitura, o que ocorrerá numa das primeiras sessões conjuntas de agosto.

Outro equívoco foi descoberto na mensagem de Sarney: a data de instau-

ção da Assembleia Nacional Constituinte, em 31 de janeiro de 1987. Nessa data os deputados federais e senadores eleitos em 1986 ainda não terão assumido o mandato e os atuais parlamentares ainda estarão em exercício. Os novos parlamentares só assumirão em 1º de fevereiro de 1987, mas esse equívoco poderá ser alterado pelo próprio Congresso Nacional, durante a tramitação da proposta de Sarney.

O presidente do PMDB da Câmara, Ulysses Guimarães, mesmo não querendo reconhecer o "cochilo" dos assessores de Sarney, disse acreditar que os líderes encontrarão uma forma de votar a emenda constituinte com a urgência que sua importância reclama. Os líderes Pimenta da Veiga (PMDB) e José Lourenço (PFL), colhidos de surpresa com a informação de que a emenda da Constituinte não veio com o pedido de preferência, disseram que a urgência será conseguida, mediante acordo de liderança. O líder do PDS, Prisco Viana, acha possível, mas disse que não abre mão de "conversar a respeito".

'Propriedade será garantida'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O direito de propriedade no Brasil não vai sofrer alterações substanciais, nem mesmo na futura Constituição a ser votada pela Assembleia Nacional Constituinte de 87, que terá características mais progressistas que as da Constituinte de 46, considerada mais conservadora, segundo garantiu ontem o líder governista Humberto Lucena (PMDB-PB). Lucena admite, no entanto, que a Constituinte deverá aperfeiçoar o direito de propriedade, notadamente para assegurar uma fiscalização mais rigorosa e interpretativa no tocante aos objetivos sociais da propriedade.

O parlamentar parabalano assinalou que "ninguém tem dúvidas de que a tendência do povo brasileiro é pelo sistema capitalista vigente, jamais chegando aos sistemas radicais ou marxistas". Em consequência, acrescentou, "não é preciso temer nenhuma alteração profunda no direito de propriedade".

Já o senador Itamar Franco, do mesmo partido de Lucena, considera remota qualquer previsão quanto às futuras diretrizes a serem traçadas pela Constituinte, com vistas à votação da nova Carta. A sociedade brasileira, disse o senador, é imprevisível e deverá manifestar-se quanto ao futuro, nos julgamentos que vier a fazer, primeiro do próprio governo Sarney e, depois, também do Congresso Nacional.

Na opinião de Itamar Franco, a

criação da comissão pré-eleitoral, formada por juristas e por outros representantes de categorias sociais poderá apenas contribuir para elitizar o trabalho a ser desenvolvido pela futura Constituinte. A seu ver, os limites que essa comissão traçar, como parâmetros para votar a nova Carta, não serão acatados pela Assembleia Nacional Constituinte, optou o parlamentar por Minas Gerais.

— O líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, após a sugestão do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, de criar uma comissão especial de deputados e senadores, em 87, para atuar como Poder Legislativo ordinário, simultaneamente com a Assembleia Constituinte.

Na sua opinião, há duas soluções diante do funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte: uma grande comissão especial, composta proporcionalmente à composição da Câmara e do Senado, para atuar como Legislativo ordinário ou, então, determinar que parte de um dia por semana o Congresso funcionaria normalmente. "Em ano de Constituinte não pode existir muita fertilidade em matéria de legislação ordinária" — disse ele.

Pimenta da Veiga acha também que, com o funcionamento da grande comissão especial, poderá ser evitada "a ficção do plenário onde o vazio é desgastante para a instituição, aqui e em toda parte". A grande comissão teria 40 ou 50 membros, com predominância de deputados.

A crítica dos advogados

A Associação dos Advogados de São Paulo, que congrega cerca de 13 mil profissionais, divulgou ontem nota oficial criticando a mensagem enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso, convocando a Assembleia Nacional Constituinte. "Ficou evidente que a proposta do Executivo visa a agradar os atuais parlamentares, que iriam experimentar uma concorrência inesperada, em termos de prestígio político, com outros tantos candidatos à vaga de delegado constituinte", diz a nota.

Também o Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado en-

viou ofício ao presidente e telex às lideranças partidárias no Congresso, informando que os participantes do Seminário "Propostas para a Constituinte" aprovaram moção apresentada pelo conferencista Geraldo Forbes, "repudiando veementemente" a proposta do governo, considerada autoritária. Segundo a moção, a intenção do governo é ter um próximo Congresso Nacional "assemelhado a este, herdando os mesmos defeitos históricos do atual" e com "poderes constituintes não legitimados", por manter a desproporção na representatividade dos Estados.

It
t
E
t
C
C
C
P
F
L
fi
s
C
re
d
rr
n
M
P
de
tu
bo
da
bil
e)
Pé
br
vir
mr
mx
pr
da
ser
su
tit
m
cã
re
re,
qu
pa
cel
inf
O r
o
su
Br
de
ni
ca
no
ter
ra
Es
do
do
do
te